

Viaje para todo o Brasil, utilizando-se do CREDIÁRIO VASP

RUBEM BRAGA

1232
OS MISTÉRIOS DO IBRA

CONFESSO que estou por fora nesse caso do afastamento do presidente César Cantanhede e dois outros diretores do IBRA. Não conheço, mesmo porque não foram divulgados, os trabalhos das Comissões de Inquérito, encarregadas de apurar alegadas irregularidades na administração do Instituto. Sempre tive em muito boa conta o sr. César Cantanhede e aprecio suas qualidades de inteligência e caráter. Estava mesmo para procurá-lo, pois manifestei desejo de conhecer os trabalhos do IBRA, e ele havia se prontificado a me dar todos os meios para fazer uma reportagem completa e minuciosa, em que eu pudesse colher, pessoalmente, em vários pontos do Brasil, todos os dados que me habilitassem a fazer um juízo seguro sobre o funcionamento do Instituto.

Seja quem for, que vá para a Presidência do IBRA, deve ser um homem preparado para enfrentar dificuldades de toda a ordem, e campanhas, movidas por interesse contrariados. É fácil de entender isso. Até a lei de Reforma Agrária, promulgada em outubro de 1964, pelo governo Castelo Branco, o Brasil não tinha, simplesmente não tinha, nenhuma legislação autônoma de Direito Agrário. O IBRA fez o cadastramento dos imóveis rurais, cobrou o Imposto Territorial Rural e escolheu áreas prioritárias para executar a Reforma Rural, indenizando os donos da terra com títulos de Dívida Rural Nacional, embora, pagando em dinheiro, as benfeitorias. Certa ou errada, tímida ou avançada, essa política é a primeira política rural brasileira. Pela primeira vez, o proprietário do latifúndio foi incomodado, despertado de seu sono esplêndido, durante o qual, esperava a valorização automática da terra. No meu

Estado, o Espírito Santo, a coisa era tão perfeita que simplesmente não havia impôsto territorial, nem alto nem baixo...

Não será mera coincidência o fato de se resolver o afastamento da direção do IBRA, no instante mesmo em que o Instituto começava a pôr em prática a reforma agrária, nas tais regiões prioritárias? Sentíamos perfeitamente que, através da imprensa e, mais ainda, de seus representantes ou dependentes políticos, em assembleias estaduais, os latifundiários lançavam uma tremenda campanha contra o IBRA. Essa campanha não era movida contra falhas ou irregularidades do IBRA, mas exatamente contra a sua ação, mesmo tímida, no sentido de modificar a estrutura tradicional de nosso meio agrário.

Não tenho procuração para defender a administração do IBRA, mas quero chamar a atenção dos homens lúcidos que houver no Governo para essa coincidência inquietante. A reforma agrária é uma necessidade inadiável em um país em que mais da metade da população é rurícola, e tem um nível de vida subumano. Não existe, nem no mundo ocidental nem no mundo comunista, nenhuma receita ideal de reforma agrária, que equilibre os interesses da justiça social com os da produtividade. É uma reforma difícil, complexa, principalmente em um país como o Brasil; ela terá de ser feita por meio de experiência, erros e acertos, mas essa prudência será inócua, se não houver também decisão, e decisão política e real, para agir. O IBRA é um órgão novo, mais poderoso e complexo que muitos Ministérios. Estaremos assistindo a uma crise passageira ou aos preparativos de um entêro?